



SOBRE A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS: ONDE ESTAMOS?

Joana Angélica Guimarães da Luz¹

Universidade Federal do Sul da Bahia, Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais, Itabuna, BA, Brasil

Resumo: A universidade brasileira surge tardiamente mesmo entre os países da América Latina, apesar da sua importância para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, ela se caracterizou ao longo da sua existência como um espaço para poucos, reservada à elite brasileira. O surgimento Lei 12.711, que introduz a política de cotas para acesso ao ensino superior, traz um avanço significativo no acesso a uma parte da sociedade antes excluída. A previsão de revisão em 2022, quando completa 10 anos, torna a discussão sobre os efeitos que a mesma exerce nas universidades brasileiras uma necessidade. Esse artigo discute brevemente o impacto provocado pela chegada a universidade de pessoas das camadas mais pobres da sociedade, com especial atenção às pessoas negras que se constituem na grande maioria da parcela mais pobre da população brasileira, resultado da negação de políticas públicas adequadas à sobrevivência imposta a essas pessoas desde o período da escravidão e que continuou após o seu fim. A análise aqui apresentada traz alguns elementos que vão além da discussão sobre o desempenho desses estudantes cotistas, trazendo uma análise sobre que tipo de mudança a presença dessas pessoas foi capaz ou é capaz de trazer para as universidades brasileiras.

Palavras chaves: Discriminação racial; Elite brasileira; Negros na universidade; Avanços ainda necessários da Lei de cotas

ABOUT THE AFFIRMATIVE ACTION POLICY: WHERE ARE WE?

Abstract: The Brazilian university appears late even among the countries of Latin America, despite its importance for the scientific and technological development of Brazil, it has been characterized throughout its existence as a space for a few, reserved for the Brazilian elite. The emergence of Law 12.711, which introduces the quota policy for access to higher education, brings a significant advance in terms of access to a previously excluded part of society. The forecast for revision in 2022, when it completes 10 years, makes the discussion about the effects it exerts on Brazilian universities a necessity. This article briefly discusses the impact caused by the arrival of people from the poorest strata of society at the university, with special attention to black people who constitute the vast majority of the poorest part of the Brazilian population, as a result of

¹ É professora associada da UFSB onde ocupa o cargo de Reitora, possui graduação em Geologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado em Geoquímica e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Bahia. É Ph.D. em Engenharia de Recursos Ambientais e Florestais pela State University of New York. E-mail: joana@cja.ufsb.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2683-1390>



the denial of adequate public policies for imposed survival. to these people from the period of slavery and which continued after its end. The analysis presented here brings some elements that go beyond the discussion about the performance of these quota students, bringing an analysis of what kind of change the presence of these people was able or capable of bringing to Brazilian universities.

Keywords: Racial discrimination; Brazilian elite; Blacks people at university; Necessary advances in the Quotas Law

ACERCA DE LA POLÍTICA DE ACCIÓN AFIRMATIVA: ¿DÓNDE ESTAMOS?

Resumen: La universidad brasileña aparece tardía incluso entre los países de América Latina, a pesar de su importancia para el desarrollo científico y tecnológico de Brasil, se ha caracterizado a lo largo de su existencia como un espacio para unos pocos, reservado para la élite brasileña. La aparición de la Ley 12.711, que introduce la política de cuotas para el acceso a la educación superior, supone un avance significativo en cuanto al acceso a una parte de la sociedad previamente excluida. La previsión de revisión en 2022, cuando cumpla 10 años, hace necesaria la discusión sobre los efectos que ejerce sobre las universidades brasileñas. Este artículo discute brevemente el impacto causado por la llegada de personas de los estratos más pobres de la sociedad a la universidad, con especial atención a los negros que constituyen la gran mayoría de la parte más pobre de la población brasileña, como resultado de la negación de políticas pública adecuadas a la supervivencia impuesta a estas personas desde el período de la esclavitud y que continuaron después de su finalización. El análisis aquí presentado trae algunos elementos que van más allá de la discusión sobre el desempeño de estos estudiantes de cuota, trayendo un análisis de qué tipo de cambio fue capaz o capaz de traer la presencia de estas personas a las universidades brasileñas.

Palabras claves: Discriminación racial; Élite brasileña; Negros en la universidad; Avances necesarios en la Ley de Cuotas

À PROPOS DE LA POLITIQUE D'ACTION POSITIVE : OÙ EN SOMMES-NOUS ?

Résumé : L'université brésilienne apparaît tardivement même parmi les pays d'Amérique latine, malgré son importance pour le développement scientifique et technologique du Brésil, elle s'est caractérisée tout au long de son existence comme un espace pour quelques-uns, réservé à l'élite brésilienne. L'émergence de la loi 12.711, qui introduit la politique de quotas pour l'accès à l'enseignement supérieur, apporte une avancée significative en termes d'accès à une partie de la société jusque-là exclue. La prévision de révision en 2022, lorsqu'elle s'achèvera sur 10 ans, rend nécessaire la discussion sur les effets qu'elle exerce sur les universités brésiliennes. Cet article traite brièvement de l'impact causé par l'arrivée à l'université de personnes issues des couches les plus pauvres de la société, avec une attention particulière aux personnes noires qui constituent la grande majorité de la partie la plus pauvre de la population brésilienne, en raison du déni de droit public. des politiques adéquates à la survie imposée à ces peuples depuis la période de l'esclavage et qui s'est poursuivie après sa fin. L'analyse présentée ici apporte quelques éléments qui vont au-delà de la discussion sur les performances de ces étudiants



de quota, apportant une analyse du type de changement que la présence de ces personnes était capable ou capable de les amener dans les universités brésiliennes.

Mósts clés : Discrimination raciale ; Élite brésilienne ; Noirs à l'université ; Des avancées nécessaires dans la loi sur les quotas

INTRODUÇÃO

Desde a sua origem, primeiro como faculdades isoladas e depois constituídas como universidades, a educação superior no Brasil sempre foi disponibilizada para poucos, altamente elitizada manteve-se assim ao longo de sua existência. Apesar de muitas pressões dos movimentos populares, com especial atuação dos movimentos negros no Brasil, as populações mais pobres sempre estiveram afastadas do acesso ao ensino superior. Considerando ser a população negra a mais numerosa dentre as classes mais pobres no Brasil, ela tem sido, historicamente, a mais atingida por essa exclusão. Este artigo pretende trazer uma breve contribuição na discussão sobre o que muda nas universidades com a criação da Lei de Cotas, instituída a partir de 2012.

Quase 10 anos depois da criação da Lei de Cotas e com a perspectiva de avaliação da mesma prevista para 2022² torna-se necessário uma discussão sobre os avanços advindos da referida Lei e ao mesmo tempo uma análise sobre que impactos são observados nas universidades com a chegada de pessoas antes excluídas do acesso à educação superior. Torna-se necessário uma discussão sobre a influência exercida pela chegada de pessoas das camadas vulneráveis da população sobre uma universidade elitista e branca, que trazem uma diversidade étnica e cultural, em especial as pessoas negras que constituem a grande maioria em meio a população pobre no Brasil.

O artigo é dividido em quatro tópicos o primeiro traz um breve histórico sobre a universidade no Brasil, sua chegada tardia, se comparada à própria América Latina, e seu caráter elitista. No segundo apresenta a criação da Lei de Cotas¹ e faz uma discussão sobre as análises que tem sido feitas acerca da chegada desses estudantes cotistas nas universidades. O terceiro tópico traz uma discussão sobre o processo de construção do conhecimento dentro das universidades que, na sua maior parte, reforça as relações

² No art. 7º da Lei 12.711/2012, está estabelecido que num “No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.”



sociais que estão presentes na sociedade brasileira em geral. No quarto e último tópico apresenta uma breve discussão sobre os avanços ainda necessários para consolidação dessa política que se constitui num elemento de fundamental importância para corrigir as desigualdades e a falta de oportunidades para uma parcela significativa da população brasileira, com especial atenção às populações negra e indígena sem desconsiderar outras categorias que também tem um histórico de exclusão na nossa sociedade.

BREVE HISTÓRICO SOBRE O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Ainda antes de Cristo surgiu o que pode ser considerada a primeira universidade, a de Alexandria, com uma estruturação diferente da atual e da qual sucedem as demais posteriormente criadas. Também a Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles podem ser considerados como instituições semelhantes às universidades. No primeiro milênio da era Cristã foram implantadas algumas universidades, a exemplo da universidade de Bolonha a primeira e atribuída como a l'Alma Mater, fundada em 1088, seguida pelas universidades de Oxford, fundada em 1096 e a de Paris, fundada em 1170, todas ainda em funcionamento, estas universidades são consideradas o berço da instituição universitária tal como conhecemos hoje (BORTOLANZA, 2017).

Na América, as primeiras universidades foram implantadas nos primeiros anos de 1500, sendo a Universidade de Santo Domingo considerada historicamente a primeira universidade das Américas, fundada em 1538. Entretanto a Universidade Nacional de San Marcos do Peru, fundada em 1551, é considerada a primeira formalmente implantada, estando ainda está em funcionamento. Em praticamente todos os países americanos o sistema universitário fazia parte do sistema de ensino, México, 1553, Bogotá, 1662, Cuzco, 1692, Havana, 1728 e Santiago, 1738. O Brasil foi um dos mais retardatários a implantar a universidade, seja pela falta de interesse da Coroa portuguesa e depois dos imperadores brasileiros ou pelo desinteresse dos detentores do poder no país nesse período.

A educação no Brasil sempre foi disponível para poucos. Ao longo da sua história, disponibilizou-se acesso à educação apenas para as camadas mais abastadas da sociedade. Uma breve análise da história da educação no Brasil nos mostra uma sociedade altamente elitista. Começando pelo período colonial, baseado na mão de obra escrava,



caracterizando uma sociedade constituída por uma minoria latifundiária escravocrata com viés aristocrático, herança do estilo medieval europeu (RIBEIRO, 1993). Nesse contexto não havia necessidade de pessoas letradas, mas sim de uma massa de pessoas sem letramento e submissas às elites da época. Nesse período a educação era conduzida pelos jesuítas e era focada na questão religiosa e tinha como objetivo o recrutamento de fiéis e servidores que trabalhavam na catequese dos indígenas e de certa forma na submissão dos negros escravizados aos preceitos religiosos cristãos.

A demanda por serviços e bens de consumo faz surgir no século XVIII uma nova classe, ligada ao comércio e conseqüentemente mais concentrada na zona urbana, que se consolida no século XIX, surgindo assim a demanda por ensino para os filhos dessa nova classe emergente. Apesar disso, o ensino continua sendo elitista porque essa pequena burguesia tinha a mesma visão da escola que a aristocracia ou almejavam ter a mesma seletividade, para que dessa forma pudessem destacar-se socialmente.

O ensino secundário tinha como objetivo o preparo para o ingresso no ensino superior, isso em função da pressão da elite brasileira que queria ver seus filhos reconhecidos como homens cultos num país em que a grande maioria da população não tinha acesso à escola. Esse déficit no ensino primário e médio ocorria em função do Ato Institucional de 1834 que dava às províncias o direito de legislar e promover o ensino básico, entretanto essas províncias não tinham recursos para dar conta de um ensino que atendesse à maioria da sociedade. A elite conseguia, portanto, colocar seus filhos nas escolas privadas e as classes populares permaneciam iletradas e sem acesso aos centros do saber, transformando-se num contingente reserva de mão de obra barata, fazendo com que esse exército de pessoas sem uma qualificação específica contribuísse para que os ganhos obtidos com seu trabalho não tivessem competitividade, uma vez que sempre haveria alguém para substituí-los caso não estivessem satisfeitos com o que ganhavam.

Quando falamos no ensino superior a situação é também dramática, uma vez que o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a ter universidade. Antes do final do século XVIII a maioria dos países latino-americanos tinha uma ou mais universidades perfazendo dezenove e chegando a mais de trinta no século XIX, a exceção era o Brasil que só foi ter sua primeira universidade no século XX (ROSSATO, 2005).

O ensino superior no Brasil iniciou com escolas profissionais isoladas, com o claro objetivo de formação de mão de obra para atender aos crescentes interesses da coroa. No século XVIII algumas escolas isoladas foram abertas com a chegada de D. João VI ao



Brasil, mas apenas na primeira metade do século XX é que foram criadas as primeiras universidades brasileiras. De caráter bastante elitista, essa universidade serviu ao longo do tempo à manutenção dos filhos das elites nos lugares de destaque no mundo do trabalho e na sociedade de maneira geral. A classe média percebera que a educação era o único caminho que lhes asseguraria a ascensão social, pois se antes ela conseguia desenvolver e manter pequenos estabelecimentos através da poupança-investimento-poupança, agora, com a chegada das grandes empresas multinacionais, assumir cargos administrativos empresariais era mais uma forma de ascensão social e financeira, que dependia da qualificação profissional e que só seria conseguida na universidade.

A análise de Marçal Ribeiro (1990) é bastante pertinente a esta questão:

A história mostra que a educação no Brasil nunca foi considerada como prioridade nacional: ela serviu apenas a uma determinada camada social, em detrimento das outras camadas da sociedade que permaneceram iletradas e sem acesso à escola. Mesmo com a evolução histórico-econômica do país (...); mesmo tendo, ao longo de cinco séculos de história, passado de uma economia agrária-comercial-exportadora para uma economia baseada na industrialização e no desenvolvimento tecnológico; mesmo com as oscilações políticas e revoluções por que passou, o Brasil não priorizou a educação em seus investimentos político-sociais e a estrutura educacional permaneceu substancialmente inalterada até nossos dias, continuando a agir como transmissora da ideologia das elites e atendendo de forma mais ou menos satisfatória apenas a uma pequena parcela da sociedade (RIBEIRO, 1990, p.).

A partir dessa análise notamos que às classes populares restou a escola de baixa qualidade com séria limitação no processo de ensino-aprendizagem, fazendo com que os jovens oriundos dessas camadas da sociedade sejam considerados pessoas de baixa capacidade intelectual, uma vez que a eles não é permitido o acesso ao conhecimento de forma ampla e com a qualidade necessária para que possam ter um desenvolvimento escolar adequado para a competição existente nas universidades brasileiras. Com essa lógica, o mundo do conhecimento os coloca numa posição de invisibilidade, não se dando ao trabalho de ouvi-los ou de falar para eles porque se considera que não entenderão ou não terão nenhuma capacidade de contribuir com o desenvolvimento do conhecimento.

Nesse breve relato percebemos que a universidade se manteve bastante conservadora ao longo da sua existência no Brasil. A sua abertura para classes mais populares começou a ser pensada a partir da discussão do sistema de cotas que estabelece



um percentual de vagas para os estudantes oriundos de escola pública, mas é preciso analisar o que mudou com a introdução desse sistema.

CRIAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS

No Brasil a *Lei das Cotas* (nº 12.711) foi aprovada em agosto de 2012, como política pública de ação afirmativa na educação superior, após mais de uma década de debate e com muitas controvérsias. Essa medida legal e obrigatória determina que as universidades, institutos e centros federais reservem no mínimo 50% das suas vagas para estudantes oriundos de escola pública, desse percentual, há uma reserva destinada a estudantes negros (pretos e pardos) e indígenas, assim como Pessoas com Deficiência. O percentual dentre os 50% de escola pública destinado a negros e indígenas é definido pela presença dessas populações no território da instituição de ensino superior (IES), de acordo com o Censo do IBGE³.

A implantação do sistema de cotas trouxe uma discussão acerca do potencial de aprendizagem que teriam esses jovens que passariam a acessar o ensino superior. Muitos autores discutem e consideram que o sistema de cotas traz efeitos positivos (ARCIDIACONO *et. al.*, 2011; KRISHNA e TARASOV, 2013). Esses efeitos referem-se ao aumento das oportunidades de acesso dos grupos sub-representados no ambiente acadêmico, ao aumento das relações intergrupos sociais, à redução da discriminação de renda e raça e a uma melhora na formação educacional de toda a sociedade.

Por outro lado, outros autores fazem críticas ao sistema de cotas e relacionam isso à hipótese de incompatibilidade (SANDER, 2004; SOWELL, 2004). De acordo com esta hipótese, a alocação de indivíduos em ambientes onde o nível educacional é incompatível com o aprendizado acumulado, particularmente em cursos mais seletivos, pode gerar um efeito de desânimo, impactando negativamente sobre o desempenho acadêmico e sobre a permanência no curso.

Algumas análises têm sido feitas acerca do desempenho dos cotistas, porém essas análises focam principalmente no aspecto de desempenho acadêmico. Muito pouco se discute o efeito da chegada à universidade de pessoas que estavam, até então, alijadas

³ As IES tem adotado dados percentuais apontados pelo Censo do IBGE realizado em 2010. A decisão recente que cancelou a realização do Censo em 2021 (já atrasado em razão da pandemia) pode estar gerando distorções na proporção real destes segmentos.



desses espaços acadêmicos. Guarnieri e Melo-Silva (2017) desenvolveram um estudo acerca das publicações sobre o sistema de cotas, nesse artigo as autoras analisam 109 publicações dividindo-as em dois períodos, 2003-2008 e 2009-2013. Praticamente todos os artigos versam sobre a constitucionalidade da Lei de Cotas e desempenho dos estudantes que acessaram as universidades através do sistema de cotas, não havendo análise sobre as mudanças nas instituições com a chegada em maior número dos cotistas. Muitas dessas análises concluem que não há diferença significativa no desempenho dos alunos cotistas para aqueles que acessam a universidade pela ampla concorrência⁴.

Vários são os aspectos a serem analisados além da questão do desempenho acadêmico, um exemplo é o impacto advindo da composição mais diversificada dos alunos levando a uma reflexão sobre a diversidade social, racial e étnica da qual é constituída nossa sociedade. É preciso uma análise mais geral sobre como se diferenciam e se relacionam as diversas formas de conhecimento, científico, técnico, ideológico e seu uso social e político, afinal a academia tem até aqui reproduzido o espaço elitista que predomina nos seus ambientes.

O processo de inclusão provocado pela criação do sistema de cotas pode provocar um distanciamento desse alunado, que agora consegue acessar a universidade, dos seus espaços sociais e das suas comunidades. Ele deve transformar-se para que possa pertencer ao espaço acadêmico, a busca por uma melhoria na sua qualidade de vida pode implicar, na maioria dos casos, em um afastamento da sua realidade social, deixando suas comunidades entregues ao destino que lhes é facultado. Com isso apenas se reforçam as relações sociais existentes na sociedade, com uma estratificação social perversa, considerada normal. Afinal cada indivíduo deve buscar sua melhoria de vida de acordo com seu esforço pessoal e a academia é o prêmio para esse esforço pessoal, uma vez que dá ao indivíduo melhor condição de competitividade no mercado.

SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NO AMBIENTE ACADÊMICO

⁴ Outra significativa contribuição a essa análise veio do Projeto A Cor da Bahia, realizado pelo CEAO/UFBA, que na primeira década do século XXI produziu diversos estudos sobre a trajetória e os resultados acadêmicos obtidos pelos cotistas, contribuindo para quebrar a tese de que cotistas necessariamente teriam rendimento e resultados acadêmicos inferiores.



A reflexão sobre a universidade não deveria ficar restrita aos meios acadêmicos e menos ainda ser feita exclusivamente pelos seus componentes. A perspectiva do olhar externo à universidade tem uma possibilidade muito grande de contribuição a dar no sentido de entendermos o que essa instituição pode significar para a vida do país e do mundo em que vivemos. Talvez esse olhar externo possibilite mostrar-nos algo que não consigamos ver, justamente, por estarmos muito perto, muito envolvidos com os debates acadêmicos, com as pesquisas, com as disputas acadêmicas e de poder inerentes a qualquer instituição.

Pensar nessas questões é enfrentar os temas mais clássicos da sociologia do conhecimento. Schwartzam (2008), traz uma série de questões relativas à forma como o conhecimento se apresenta do ponto de vista sociológico.

Como conhecer de forma adequada o mundo em que vivemos? Qual o papel do conhecimento na organização da sociedade, no progresso social e na conquista da felicidade humana? Qual a função política do conhecimento? Quais são os determinantes sociais dos diversos tipos de conhecimento? Que é, afinal, o conhecimento “científico”? Como ele se diferencia do conhecimento prático, do conhecimento ideológico e da tecnologia? Qual a relação entre o conhecimento e a ética? Essas questões têm sido centrais no pensamento filosófico de todos os tempos, e são também cruciais no pensamento social e político contemporâneo. Elas foram básicas para Marx, em sua crítica à ideologia e em sua tentativa de dar ao método dialético hegeliano uma base empírica; para Auguste Comte, com sua teoria dos “três estados” de desenvolvimento da humanidade, do teológico ao metafísico e ao científico; para Émile Durkheim, em seu estudo sobre a formação de conceitos a partir de representações religiosas; para Max Weber, em suas pesquisas históricas sobre as origens da racionalidade; para Karl Mannheim, em seus ensaios sobre a ideologia e a utopia; para Gramsci, em seus escritos sobre os intelectuais; e assim por diante (SCHWARTZAM, 2008, p.).

De todas as questões colocadas, uma tem relação muito estreita com o objetivo desta breve contribuição. Qual tem sido a função histórica da construção intelectual dos indivíduos, no desenvolvimento das diversas formas de conhecimento? A construção intelectual acontece, em muitos casos, de forma enclausurada, onde prevalecem grupos que falam de si para si mesmos. Claro que há, dentro desses grupos, uma diversidade de formas de atuação e desenvolvimento do conhecimento que passa pela discussão mais ampla sobre o seu papel político do conhecimento.

Há hoje nas universidades um crescente movimento de maior interação com o conhecimento popular, algumas instituições têm criado programas para incentivar a participação dos Mestres em Saberes Tradicionais, voltados para pessoas que possuem notório saber que não necessariamente o saber formal e acadêmico. Isso tem trazido uma

série de olhares sobre a importância dessa interação quando se trata da construção do conhecimento⁵.

A grande questão colocada para nossas universidades é que a sua origem se pauta principalmente na relação direta da educação com a formação das elites, com interesse puramente técnico, administrativo e profissional, correspondendo a necessidades inegáveis da ordem econômica e prática.

Grande parte dos jovens oriundos das classes populares, quando adentram a universidade, direcionam sua atuação e interesse apenas à formação profissional, o que é realidade também para os da classe média, mas para os jovens pobres esse é o caminho urgente para sair da vida de pobreza na qual estão inseridos. O meio acadêmico reforça isso uma vez que o ensino universitário está altamente focado no treinamento para o exercício de uma profissão, herança da origem da universidade brasileira.

A simples inclusão dos jovens das camadas mais pobres da população não é suficiente para mudar a realidade desse segmento da sociedade, torna-se necessário que essa nova configuração da universidade, com uma maior diversidade social e cultural, comece a trabalhar na perspectiva de questionar as relações sociais que condenam um grande número de pessoas à miséria e à exclusão. Transformar as pessoas que chegam à universidade em pessoas que apenas querem deixar a pobreza para trás não é suficiente para uma avaliação do porquê elas são jogadas nesse lugar na sociedade. Neste sentido a possibilidade de produzir uma autocrítica acerca do caráter elitista dos objetivos e das formas de produção de conhecimento na universidade, poderá contribuir para que cada jovem de origem pobre, ao ingressar na universidade, possa recuperar as suas origens como contributo para a diversidade de conhecimentos na universidade, e deste modo, caminhar para uma atuação profissional que se volte para os grupos e comunidades de onde ele é oriundo, evitando uma transfiguração elitista, que ocorre na maioria das vezes.

Coulon (2005) assinala a questão da afiliação dos estudantes que ingressam na universidade, destacando o caráter impositivo da aprendizagem do “ofício de estudante”, para o sucesso acadêmico. Entretanto essa afiliação, esse “ofício de estudante”, é a medida de sucesso do estudante na universidade, sendo feita a partir da análise do quanto ele se adapta ao meio acadêmico e assimila suas verdades. Não há nessa análise uma

⁵ A experiência com maior impacto de articulação deste debate nas IES é do projeto Encontro de Saberes nas Universidades Brasileiras, iniciativa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), sediado na Universidade de Brasília, apoiado pelo CNPq.



discussão sobre o quanto esse estudante deixou para trás ao se adaptar a esse meio, o quanto ele se afastou das suas bases sociais e o quanto esta base social se torna algo da qual ele quer afastar-se cada vez mais.

Não pretendemos aqui definir o ambiente acadêmico como único responsável pelas mudanças sociais no seio da sociedade, isso só se dará através do contato com um ambiente de influência politizadora, onde o campo de reflexão é maior e cobra certas ações. Essas ações devem ser baseadas nas experiências de cada indivíduo, dentro dos seus espaços sociais e de acordo com suas formas de organização. Entretanto é importante que a academia se dispça de sua arrogância intelectual, olhe no seu entorno para conseguir enxergar seu conservadorismo e, conseqüentemente, sua contribuição na manutenção das relações sociais que sufoca grande parte da população, colocando-a numa situação de vulnerabilidade e miséria.

A academia atua, em grande parte, como perpetuadora das relações sociais, a forma como atua na discussão sobre as mudanças nessas relações contribui pouco para provocar a busca de alternativas ao *status quo* predominante, que define como sucesso na vida das pessoas o alcance do sucesso profissional e financeiro. Não que isso não seja importante, mas o que deveria servir como base de discussão é como se dá essa relação. Mesmo a formação profissional deve ser vista como a capacidade de formar indivíduos aptos a compreender e intervir sobre a realidade social, transformando-a, por meio de ações cientificamente fundamentadas, tecnicamente adequadas e socialmente significativas.

Nos últimos anos, algumas universidades criaram cursos de formação generalista que à primeira vista não têm uma formação profissional específica, mas que dão ao estudante uma visão mais global do conhecimento nas grandes áreas. Esses cursos são considerados, por muitos dentro da academia, como perda de tempo, uma vez que não têm uma utilidade para o mercado. Entretanto, esses cursos têm o potencial de formar pessoas com uma ampla visão sobre as relações entre as várias áreas do conhecimento, além de dar uma bagagem científica, cultural, artística, filosófica e, o mais importante, o papel político do conhecimento.

O QUE MUDA COM A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS?

Através das Ações Afirmativas as universidades passaram a ter uma composição mais diversa, podemos ver hoje um maior número de pessoas que ao longo da história do Brasil sempre tiveram seus direitos negligenciados. O aumento dessas pessoas no ensino superior pode estar trazendo mudanças significativas nas questões já discutidas neste artigo, mas esse ainda é um tema que tem muito a ser analisado através de pesquisa e levantamento de dados de forma sistemática.

Podemos citar alguns pontos que podem ser indicativos da influência dessa diversidade dentro das instituições. O primeiro deles é a extensão universitária, que sempre foi relegada a um papel secundário nas universidades, tem sido, em muitos casos, utilizada como uma ação assistencialista. Paulo Freire (1977), aponta-nos os riscos desta extensão assistencialista, na qual a universidade se julga detentora de um saber superior, que tem de ser transmitida sem indagações e confronto. Nos últimos anos a extensão vem sendo discutida de forma a ter um papel mais relevante, pois é através dela que se faz a conexão com o mundo fora dos muros da academia, saindo do papel assistencialista e assumindo um papel de interlocução e de efetiva troca de saberes. Essa mudança pode estar associada a uma maior diversidade de sujeitos que trazem outros olhares e contribuem social e culturalmente para que a extensão avance na interlocução efetiva com a sociedade.

Um outro dado importante é a tentativa de algumas universidades em trazer pessoas com conhecimentos diversos daqueles presentes na academia, os Mestres dos Saberes, isso é um indicativo de que a universidade começa, mesmo que timidamente, a se dar conta que ela precisa de olhares diversos e, novamente, isso pode ser fruto desse novo olhar trazido para dentro das universidades através das Ações Afirmativas. Essa é uma ação que precisa ser consolidada através do reconhecimento e da criação de vínculos formais dessas pessoas com as instituições, tarefa essa que tem sido dificultada pelas amarras burocráticas e regulatórias a que as universidades estão submetidas, mas que precisa avançar.

A criação de programas de pós-graduação voltados à discussão das relações étnico-raciais tem trazido novas discussões e novos olhares sobre essa temática, permitindo que esses novos sujeitos que agora chegam a universidade produzam conhecimento através das suas realidades, fugindo das fórmulas prontas e discussões anteriormente feitas pelos intelectuais que, sem conhecer de perto essas realidades, a

discutem de forma teórica com uma visão europeizada sem levar em conta o que essas pessoas de fato pensam, sentem e querem.

Por fim a produção de artigos, livros e ensaios sobre a temática das Ações Afirmativas, dos aspectos culturais, religiosos e sociais, tendo como foco a visão das pessoas negras, tem crescido nas universidades. A Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) tem uma vasta produção dedicada à questão racial com discussões muito relevantes, trazendo o olhar daqueles que são os protagonistas dessa temática, mas que sempre foram vistos como objeto de estudo e não sujeitos em si. Além da ABPN tem aumentado o número de pesquisadores e pensadores negros com produções intelectuais muito relevantes para pensarmos nos avanços ainda necessários na política de Ações Afirmativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCIDIACONO, P.; AUCEJO, E. M.; FANG, H.; e SPENNER, K. L. Does Affirmative Action Lead to Mismatch? A new test and evidence. *Quantitative Economics* 2, p.303-333. 2011.
- BORTOLANZA, J. Trajetória do ensino superior brasileiro: uma busca da origem até a atualidade, XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária, *Mar del Plata*, 2017.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação?. 3. ed. Rio de Janeiro: *Paz e Terra*, 1977.
- GUARNIERI, F. V. & MELO-SILVA, L. L. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. *Psicol. Esc. Educ.* 2017, vol.21, n.2, pp.183-193. ISSN 2175-3539.
- KRISHNA, K. e TARASOV, A. Affirmative Action: One Size Does Not Fit All. *National Bureau of Economic Research*, 1050 Massachusetts Avenue, Cambridge, MA 02138, October, 2013
- MARÇAL RIBEIRO, P. R. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão, v.4 *Paideia*, Ribeirão Preto, 1993.
- MENDONÇA, A. W. P. C. A Universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, PUCRS, v. 14, p. 131-194, 2000.
- RIBEIRO, P. R. M. História da Educação Escolar no Brasil. *Paideia (Ribeirão Preto)*, USP - Ribeirão Preto, v. 4, p. 15-30, 1993.
- ROSSATO, R. Universidade: nove séculos de História. Passo Fundo: *UPF*, 2005.
- SANDER, R. H. A. Systemic Analysis Of Affirmative Action In American Law Schools. *Stanford Law Review*. Vol. 57-367. Novembro, 2004.
- SCHWARTZMAN, S. Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento [online]. Rio de Janeiro: *Centro Edelstein*, 2008. Miséria da ideologia. 141 p.

SOWELL, T. *Affirmative Action Around the World: An Empirical Study*. New Haven, *Yale Universi Press*, 2004.

Recebido em 15/07/2021

Aprovado em 10/08/2021